

Contrato n.º 004/2008 – CPL – Referente PL n.º 031/2006 (Concorrência n.º 001/2006).

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
– IASC, E A EMPRESA SERVITIUM LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – IASC, Autarquia do Município do Recife, sediado na Av. Visconde de Albuquerque, n.º 297, Madalena, nesta Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.615.137/0001-74, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Presidente do IASC (em exercício), **Sr. ALEXANDRE HANOIS FALBO**, brasileiro, casado, biomédico, inscrito no CPF/MF sob o n.º 138.235.744-34, portador da cédula de identidade n.º 1.176.376 SSP-PE, residente e domiciliado nesta Cidade, e do outro lado, a Empresa **SERVITIUM LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.558.943/0001-34, com sede na Avenida Joaquim Nabuco, 2338, Sala 04, Galeria Três Poderes, Jatobá, Olinda/PE, neste ato representada pela Sra. **ERIKA VIRGINIA MENDES ALVES**, brasileira, solteira, comerciante, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.998.101 SSP/PE e CPF/MF 908.157.694-15, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, 34, São Bento, Alagoas/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado e celebram, por força do presente Instrumento, Contrato de prestação de serviços sujeitando-se os contratantes à Lei n.º 8.666/93, à legislação aplicável, aos termos do Concorrência n.º 01/2006, bem como às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de 262 (duzentos e sessenta e dois) profissionais tais como: Auxiliar de cozinha, Cozinheiro, Encanador, ASG-Limpeza, Serralheiro, Lavadeira, Marceneiro, Pedreiro, Vigia, Costureira, Eletricista, Auxiliar de Pedreiro, Pintor, Motorista nas unidades do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, objetivando a manutenção e o fortalecimento do atendimento das unidades destinadas às crianças, aos adolescentes, às pessoas adultas (homens e mulheres) sob a gestão do IASC no cumprimento de sua atividade finalística de Assistência Social, sob o regime de empreitada por preço global, a vigência do contrato será de 10 (dez) meses a partir da data de sua assinatura, de acordo com as especificações constantes no **Anexo I**, deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Anexo I - Planilha das Quantidades de Profissionais Previstas;
- b) Anexo II - Locais de Execução dos Serviços.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PESSOAL

O pessoal necessário à prestação dos serviços, objeto do presente contrato, compreende Auxiliar de cozinha, Cozinheiro, Encanador, ASG-Limpeza, Serralheiro, Lavadeira, Marceneiro, Pedreiro, Vigia, Costureira, Eletricista, Auxiliar de Pedreiro, Pintor, Motorista

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas no edital do Processo Licitatório n.º 31/2006, não mencionadas no presente Instrumento, os seguintes:

Assessoria Jurídica



Quanto ao objeto do Contrato:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Implantar, de forma adequada, planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz, realizando as atividades de maneira metódica, constante e mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- c) Zelar pela adequada utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios da CONTRATANTE, objetivando a correta execução dos serviços e a prevenção contra desperdícios e acidentes;
- d) Facultar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, por intermédio de seu representante legal, a execução dos serviços, em qualquer tempo ou em caráter permanente;

Quanto às demais obrigações:

- a) Responsabilizar-se por todos os encargos comerciais e fiscais resultantes da execução do Contrato;
- b) Responsabilizar-se civilmente por quaisquer danos causados por seu(s) empregado(s), quando atuar(em) nessa condição, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- c) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte do(s) seu(s) empregado(s), das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;
- d) Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- e) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos sociais dos empregados, inclusive a GPS (Guia de Previdência Social) patronal.

Quanto ao pessoal:

- a) até o 5.º dia útil posterior à data da assinatura do Contrato, promover reunião com o(s) profissional(is) a fim de informá-lo(s), entre outros assuntos, sobre a rotina dos serviços, horário de trabalho, normas disciplinares e consequências quanto ao descumprimento;
- b) promover, às suas expensas, durante a primeira vigência do Contrato e a cada eventual prorrogação, no mínimo 1 (um) curso de treinamento e/ou reciclagem de pessoal, com carga horária mínima de 8 h, a ser definido pela CONTRATANTE;
 - b.1) O 1º (primeiro) treinamento deve ocorrer até o 5º (quinto) dia útil posterior à data da assinatura do Contrato, e os demais até 90 (noventa) dias após cada prorrogação;
 - b.2) Os treinamentos serão realizados fora do horário de prestação dos serviços;
- c) Manter o pessoal completamente uniformizado e asseado, com fardamento limpo e em bom estado de uso, inclusive com sapatos padronizados, em condições adequadas de utilização;
- d) Fornecer no mínimo, anualmente, 2 (dois) uniformes completos e 2 (dois) pares de sapatos adequados para seu(s) funcionário(s), devendo substituí-los quando não mais possuírem condições de uso;
 - d.1) Deverá ser entregue até o 5º (quinto) dia útil posterior à data da assinatura do Contrato, no mínimo, 1 (um) uniforme e 1 (um) par de sapato para seu(s) funcionário(s).

Assessoria Jurídica



PREFEITURA DO RECIFE

- e) Manter permanentemente identificado(s) o(s) seu(s) funcionário(s) através de crachás com identificação da CONTRATADA e foto recente, nome visível e cargo;
e.1) O(s) crachá(s) deverá(ão) ser entregue(s) até o 5º (quinto) dia útil posterior à data da assinatura do Contrato;
- f) Manter disciplina no local dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 horas após notificação o empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- g) Controlar diariamente a assiduidade e pontualidade do(s) seu(s) funcionário(s), mantendo livro de ponto no local de realização dos serviços, que deverá ser utilizado, tolerando-se atrasos no máximo de até 5 (cinco) minutos do horário de início do seu expediente e saídas até no máximo 5 (cinco) minutos antes do término do expediente;
g.1) serão deduzidos proporcionalmente dos serviços prestados atrasos ou saídas antecipadas de mais de 5 (cinco) minutos;
- h) Registrar e controlar as ocorrências havidas com seu(s) empregado(s), mantendo à disposição da CONTRATANTE referido material, quando solicitado;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seu(s) empregado(s), das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;
- j) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seu(s) empregado(s) quando acometido(s) de mal súbito;
- k) Substituir a falta de seu(s) funcionário(s), quando de interesse da CONTRATANTE, por outro profissional, empregado ou prestador de serviço temporário, comprovada previamente tal condição perante a CONTRATANTE;
- l) Instruir o(s) seu(s) empregado(s) quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- Quanto às obrigações trabalhistas:
- a) Efetuar o pagamento dos salários, férias e décimo terceiro salário do(s) seu(s) funcionário(s) até a data limite prevista na legislação trabalhista;
- b) Colocar em gozo de férias ou de licença o(s) seu(s) funcionário(s) de acordo com a legislação vigente, substituindo-o(s) por outro(s) profissional(is), seu(s) empregado(s) ou prestador de serviço temporário, comprovada previamente uma ou outra condição perante a CONTRATANTE;
- c) Apresentar o comprovante de recolhimento da contribuição sindical, na época própria, e outras devidas aos sindicatos, se for o caso;
- d) Tomar as providências e cumprir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho em ocorrência da espécie, em que for(em) vítima(s) o(s) seu(s) empregado(s), no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificado o acidente nas dependências da CONTRATANTE;
- e) Proceder ao recolhimento do FGTS e do INSS retido do(s) seu(s) funcionário(s), que presta(m) serviços na CONTRATANTE, até a data limite prevista em lei;
- f) Fornecer aos seus funcionários, mensalmente, a integralidade dos vales-transporte, até o último dia útil do mês anterior ao da sua utilização;
- g) Apresentar até a data de início da vigência do contrato, e sempre que houver substituição de empregado ou necessidade de novos, comprovante de cadastramento do trabalhador no regime de PIS/PASEP.



PREFEITURA DO RECIFE

- h) Apresentar, quando houver a rescisão do contrato de trabalho de algum empregado que preste serviços nas instalações da CONTRATANTE, qualquer que seja a causa, os seguintes documentos:
- h.1) Termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente homologado, quando o trabalhador possuir mais de 1(um) ano prestando serviços na empresa;
 - h.2) Documento que comprove a concessão de Aviso Prévio, trabalhado ou indenizado, se for o caso, seja por parte da empresa seja por parte do trabalhador;
 - h.3) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento do Seguro Desemprego, quando cumpridos os requisitos legais para recebimento do benefício em pauta;
 - h.4) Cópia da guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC);
 - h.5) Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.
- i) Efetuar exames médicos admissionais e periódicos no(s) seu(s) funcionário(s) que presta(m) serviços nas instalações da CONTRATANTE;
- i.1) Os exames admissionais deverão ser realizados até o último dia anterior ao início da prestação dos serviços;
 - j) Apresentar comprovante de recolhimento de contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, quando for o caso, na época própria;
 - k) Apresentar comprovante de entrega da RAIS e de que o trabalhador dela faz parte, quando for o caso, na época própria;
 - l) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários, resultantes da execução do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigará-se-á:

- a) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços objeto do contrato, através da Diretoria de Administração, a qual designará servidor para este fim;
- b) Disponibilizar o acesso do(s) funcionário(s) da CONTRATADA a todas as dependências dos locais onde devem ser prestados os serviços, a fim de possibilitar a sua realização;
- c) Fornecer todo o material necessário à limpeza, higiene, conservação e apoio administrativo;
- d) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem executados pelo(s) funcionário(s) da CONTRATADA se encontram discriminados no anexo I, deste instrumento de contrato.

- a) A prestação dos serviços dar-se-á diariamente, com jornada de trabalho semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, obedecidos os horários estipulados pela CONTRATANTE, podendo, em caso de necessidade comprovada, ocorrer a realização de horas extraordinárias, nos limites e condições estabelecidos por lei;
- b) No caso das horas extraordinárias a que se refere o subitem anterior, deverá haver autorização prévia da Diretoria Administrativa para a execução dos trabalhos;
- c) No cálculo das horas extraordinárias não serão computadas as despesas com insumos, salvo as despesas com transporte se os serviços forem realizados em dia não útil;
- d) Se a jornada diária ultrapassar 8 horas será devida despesa com alimentação por parte da Contratante.



- e) Os empregados que trabalharem em regime de plantão (plantonistas) trabalharão na escala 12x36, (doze horas trabalhadas, com trinta e seis horas de folga) a alimentação neste caso ficará sob a responsabilidade da Contratante.
- f) Serão obedecidos os feriados previstos em lei, e os feriados e pontos facultativos exclusivos da CONTRATANTE serão normais para o(s) funcionário(s) da CONTRATADA, ficando a critério da CONTRATANTE a liberação do(s) mesmo(s).

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

Pela prestação dos serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço de R\$ 3.734.019,30 (três milhões, setecentos e trinta e quatro mil, dezenove reais e trinta centavos), considerando a proposta de preços da CONTRATADA, discriminados na planilha de custos e formação de preços, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação do valor do contrato, para mais ou para menos, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta ou da última repactuação, observados os seguintes critérios, observando-se sempre os preços correntes de mercado:

- a) Para o(s) salário(s), até o limite de variação dos salários ocorrida no período;
- b) Para as despesas com transporte, até o limite de variação do preço das tarifas de transporte ocorrida no período entre o mês anterior ao da proposta e o mês anterior ao do pedido;
- c) Para as despesas com uniforme, até o limite de variação do INPC do IBGE ocorrida no período entre o mês anterior ao da proposta e o mês anterior ao do pedido;
- d) Caberá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo dos cálculos da repactuação.
- e) O novo valor contratado após a repactuação será devido a partir da data do recebimento do pedido da CONTRATADA pela Contratante.


CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos alocados para a realização do objeto desta licitação são oriundos da dotação(ões) orçamentária(s) nº 5902.08.244.1.225.2.037, 5902.08.244.1.204.2.112, e 5902.08.244.1.204.2.116, Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 10 (dez) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, em consonância com o disposto no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA cauciona neste ato a importância de R\$ 186.700,96 (cento e oitenta e seis mil, setecentos reais e noventa e seis centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, na modalidade SEGURO-GARANTIA PROCESSO SUSEP Nº 15414.002161/2003-02, CONTRATO 356069, APÓLICE Nº 05754200820010745002112700000, da EMPRESA NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, que ficará depositada como garantia do fiel cumprimento da execução das obrigações assumidas, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. 

Assessoria Jurídica



§ 1º: A garantia acima referida será restituída após a execução do contrato ou, facultativamente, na proporção do seu cumprimento.

§ 2º O valor caucionado será revertido integralmente ao Instituto de Assistência Social e Cidadania em caso de rescisão do contrato por culpa do Contratado, sem prejuízo de apurar-se e cobrar-se pela via própria a diferença que houver em favor do IASC.

§ 3º O Instituto de Assistência Social e Cidadania descontará do valor caucionado o numerário que bastar ao pagamento de multas eventualmente impostas e à reparação de danos a que der causa o Contratado durante a execução dos serviços, hipóteses em que o Contratado deverá, em 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, recompor o valor abatido para restaurar a integralidade garantida.

§ 4º Na hipótese de a garantia ser apresentada nas modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratante poderá, a qualquer tempo, caso seu teor ou origem evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, exigir sua regularização ou substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O prazo de pagamento será de 20 (vinte) dias após a execução do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do servidor responsável pelo recebimento, e comprovação de que a contratada cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Regularidade com a Seguridade Social relativa ao mês da prestação dos serviços;
- b) Regularidade com o FGTS relativa ao mês da prestação dos serviços;
- c) Regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Regularidade com a Fazenda Municipal relativa ao Município do Recife, correspondente ao ISS;
- e) Pagamento integral das obrigações trabalhistas relativas ao mês da prestação dos serviços, bem como das demais obrigações (férias, décimo terceiro, indenizações trabalhistas, etc, já exigíveis);
- f) Recolhimento integral do FGTS do(s) funcionário(s) e Prestação de informações à Previdência Social, através da GFIP relativa ao mês da prestação dos serviços;
- g) Fornecimento integral dos vales-transporte referentes ao mês subsequente ao da prestação dos serviços;

§ 1º o servidor da Diretoria de Administração emitirá recibo ao CONTRATADO, comprovando haver recebido, total ou parcialmente, os documentos enumerados no presente subitem.

§ 2º As notas fiscais só poderão ser emitidas a partir do 1.º dia útil posterior ao mês da prestação dos serviços.

§ 3º As notas fiscais devem discriminar, além de outras informações, o mês de competência, o número de horas prestadas, o número do Contrato, o número da Nota de Empenho e os dados bancários.

§ 4º A ausência de quaisquer dos documentos exigidos acarretará a suspensão do pagamento, até a regularização da situação.

§ 5º O pagamento tomará por base o número de horas de serviço efetivamente prestadas, verificadas no livro de ponto do(s) funcionário(s) da CONTRATADA.

Assessoria Jurídica



§ 6º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Ocorrendo descumprimento das obrigações previstas neste instrumento durante o período de vigência do Contrato, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa em regular processo administrativo, a ser conduzido pelo órgão de Administração da CONTRATANTE.

a) **Advertência**, nos casos de descumprimento das obrigações previstas nos subitens da Cláusula Quarta;

b) **multa** de:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor mensal do contrato, nos casos de reincidência das faltas constantes da alínea "a" acima e, na mesma alíquota, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no subitem da Cláusula Quarta.

b.2) 1%(um por cento), calculada sobre o valor mensal do contrato, nos casos de novas reincidências das faltas constantes da alínea "a" acima e, na mesma alíquota de 1% (um por cento), por dia de atraso, no caso de reincidência do descumprimento das obrigações previstas no subitem da Cláusula Quarta.

c) **suspensão** do direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo que a mesma fixar, respeitado o limite de 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas pecuniárias, quando alcançados 20% (vinte por cento) de multas;

d) **declaração de inidoneidade**, em função da gravidade da falta cometida, inclusive, por sequência de faltas ou penalidades diversas anteriores, ou em casos de reincidência, aplicando-se na hipótese de violação deste contrato, sem prejuízo das multas de natureza pecuniária incidentes

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações contratuais que ensejem aplicação de multa ou, por determinação judicial, proceder-se-á ao desconto no valor do pagamento mensal a ser efetuado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato ora firmado poderá ser alterado observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

a) A CONTRATADA facultará à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, por intermédio dos seus representantes legais, devidamente credenciados, a execução dos serviços, podendo fazê-lo a qualquer tempo ou mesmo em caráter permanente, se assim lhe aprouver.

b) A fiscalização da execução do CONTRATO será feita pela Diretoria Administrativa, bem como a execução dos serviços será acompanhada por servidor designado pela Diretoria de Administração da CONTRATANTE.

Assessoria Jurídica

- c) As irregularidades constatadas serão comunicadas, por escrito, pelo encarregado da fiscalização do contrato, à Diretoria Administrativa para as providências pertinentes, dando-se ciência à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O Contrato será rescindido nos casos previstos nos arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no edital da Concorrência n.º 01/2006, bem como no Contrato decorrente do procedimento licitatório, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, bem como de subsidiariedade com a CONTRATANTE.
- b) As verbas trabalhistas relativas ao(s) empregado(s) que presta(m) serviços nas instalações da CONTRATANTE e que estejam em atraso serão retidas pela CONTRATANTE, efetuando-se seu depósito administrativo ou em juízo, só sendo liberado para o pagamento dessas verbas ou mediante comprovação de sua quitação, ou por ordem judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO


De conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/93, será publicado o extrato do presente instrumento de contrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Recife-PE, com base no artigo 55 § 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando a Contratante a qualquer outro que tenha ou venha a ter direito, por mais privilegiado que seja.

E assim, por se encontrarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Recife, 04 de janeiro de 2008


ALEXANDRE HANOIS FALBO

Diretor Presidente do IASC (em exercício)


ERIKA VIRGINIA MENDES ALVES
Representante da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/IMF nº _____
Assessoria Jurídica

2. _____
CPF/IMF nº _____



Anexo I Contrato nº. 004/2008 – CPL – Referente PL nº. 031/2006 (Concorrência nº. 001/2006).

1.1 - OBJETO: consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de Auxiliar de cozinha, Cozinheiro, Encanador, ASG-Limpeza, Serralheiro, Lavadeira, Marceneiro, Pedreiro, Vigia, Costureira, Eletricista, Auxiliar de Pedreiro, Pintor, Motorista.

1.2 – JUSTIFICATIVA

Dotar o Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC de condições de atendimento, a acolhida e atenção integral às crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e risco na cidade do Recife.

1.3 - META FÍSICA

Manter a qualidade dos serviços para atingimento da atividade finalística deste Instituto de promover a assistência social, tendo por consequência a melhoria crescente da produtividade.

1.4 - PERÍODO DE EXECUÇÃO

10 (dez) meses a partir da data da assinatura do contrato.

1.5 - REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço global.

1.6 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação	Orçamentária	nº	502.08.244.1.225.2.037,	5902.08.244.1.204.2.112,
Elemento de Despesa:			3.3.90.39	

1.7 - LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Edifício-sede do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC e demais Departamentos constantes do Anexo II deste instrumento de contrato. Ao longo do contrato poderá(ão) ser incluído(s) outro(s) local(is) de execução dos serviços, de acordo com o que dispõe o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Assessoria Jurídica



1.8 – DOS PROFISSIONAIS

O pessoal necessário à prestação dos serviços, objeto do presente contrato, compreende os seguintes profissionais:

CATEGORIA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Auxiliar de Cozinha	24	1.248,08	29.953,92
Cozinheiro	32	1.248,08	39.938,56
Encanador	3	1.731,84	5.195,52
ASG-Limpeza	79	1.248,08	98.598,32
Serralheiro	2	1.731,84	3.463,68
Lavadeira	7	1.248,08	8.736,56
Marceneiro	4	1.855,85	7.423,40
Pedreiro	3	1.731,84	5.195,52
Vigia	68	1.315,61	89.461,48
Costureiro	2	1.333,40	2.666,80
Eletricista	5	2.142,95	10.714,75
Auxiliar de Pedreiro	2	1.374,64	2.749,28
Pintor	1	1.731,84	1.731,84
Motorista	30	2.252,41	67.572,30
TOTAL	262		373.401,93

Preço Mensal dos Serviços	R\$	373.401,93
Total Mensal Global dos Serviços 10 (dez) Meses	R\$	3.734.019,30



SECRETARIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DE PERNAMBUCO - GOV. PE

Assessoria Jurídica

Anexo II Contrato nº. 004/2008 – CPL – Referente PL nº. 031/2006 (Concorrência nº. 001/2006).

1.10 - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DEPARTAMENTO ASSESSORIA JURIDICA - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO BAIRRO DO RECIFE – Rua Bom Jesus, 206 – 1º andar – Recife Antigo. Fone: 3232-2855
DEPARTAMENTO CASA ANDALUZ – Rua Conde de Irajá, 894 – Torre. Fone: 3232-7568
DEPARTAMENTO CASA BAQUE SOLTO – Rua Pereira Simões, 78 – Afritos. Fone: 3232-7725
DEPARTAMENTO CASA DE CONVIVÊNCIA I – Rua Padre Roque, 33 – Estância. Fone: 3232-2634
DEPARTAMENTO CASA DE INTEG CRIANÇA - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO CENTRO DE REINTEGRAÇÃO – Trav. Do Gusmão, 178 – São José. Fone: 3232-2854
DEPARTAMENTO CASA DA ESTANCIA – Rua Padre Roque, 33 – Estância. Fone: 3232-2634
DEPARTAMENTO CASA DE CONVIVENCIA II – Rua 21 de Abril, 3677 – Vietnã – Bongi. Fone: 3232-7319
DEPARTAMENTO SERV GERAIS E PATRIMONIO - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO COMISSAO DE LICITAÇÃO - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO PROT SOC DE ALTA COMP - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO ACOLHIDA DE ADULTO - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO ACOLHIDA DE CRIANÇA - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO PROT. SOC. DE MEDIA. COMP. - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO CONVIVIO SOCIAL - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO GERENCIA DE FINANÇAS - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO TESOUREARIA - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO TRANSPORTE - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO GESTAÇÃO DE PESSOAS - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO ALMOXARIFADO – Rua Bezerra da Palma – 126 – Afogados. Fone: 3232-2330
DEPARTAMENTO NUTRIÇÃO - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538

Assessoria Jurídica

DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO SOCIAL DE RU. - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO EMERGENCIAL ASSISTENCIAL. - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO GERENCIA OPERACIONAL - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena. Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO IEDA LUCENA - Rua Áurea Xavier, 95 - Torrões, Fone: 3232-7333
DEPARTAMENTO NOVOS RUMOS - Rua Augusto Calheiros, 63 A - Afogados, Fone: 3232-2228
DEPARTAMENTO FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena, Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO NUCLEO PROT. SOCIAL ME - Av. Visconde de Albuquerque, 708, Madalena, Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO PORTO SEGURO - Rua Odete Monteiro, s/nº - Cordeiro, Fone: 3232-7569
DEPARTAMENTO RECANTO FELIZ - Rua Lourenço de Sá, 104 A - São José, Fone: 3232-2229
DEPARTAMENTO RECICRIAR - Rua Ernesto de Paula Santos, 542 - Boa Viagem, Fone: 3232-3012
DEPARTAMENTO PRESIDENCIA. - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena, Fone: 3232-7538
DEPARTAMENTO RECIFAZER - Rua Mac Arthur, 301 - Imbiribeira, Fone: 3232-3317
DEPARTAMENTO RAIOS DE LUZ - Rua Carlos Gomes, 831 - Abdias de Carvalho, Fone: 3232-7670
DEPARTAMENTO RODA VIVA - Rua da Glória, 459 - Boa Vista, Fone: 3232-1430
DEPARTAMENTO SERVIDORES A DISPOSICÃO. - Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena, Fone: 3232-7538



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DE PERNAMBUCO - TRAJE

Assessoria Jurídica

Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena - Cep 50610-090 Recife/PE, Fone/Fax: 3232-7538